

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.417 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2001

## Limite à imunidade parlamentar deve ser votado logo no Senado

O senador José Fogaça admite entregar já o relatório, permitindo que a matéria seja votada na reunião desta quarta-feira da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta de emenda constitucional, aprovada pela Câmara dos Deputados, restringe o instituto da imunidade parlamentar aos chamados crimes de opinião.

PÁGINA 2



Roberto Saturnino propõe suspensão por 20 anos da adesão à Alca

### Ingresso do Brasil na Alca pode depender de plebiscito

Assunto será discutido amanhã pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

PÁGINA 4



Heloísa Helena é uma das autoras da proposta para realização da audiência

### Criação do Serviço Social de Saúde gera debate

Comissão de Assuntos Sociais realiza audiência amanhã para aperfeiçoar projeto.

PÁGINA 5



O Plenário do Congresso dará a decisão final sobre o novo valor do salário mínimo

## Comissão discute hoje aumento do mínimo

A Comissão Mista de Orçamento realiza reunião informal do grupo de trabalho criado para discutir aumento do salário mínimo em níveis superiores à inflação deste ano. A proposta do governo, até agora, eleva o mínimo de R\$ 180 para R\$ 190, com reajuste de 5,56%.

Líderes dos partidos governistas e da oposição querem encontrar forma de incluir na proposta orçamentária um aumento maior, para vigorar a partir de abril do ano que vem. A Comissão Mista de Orçamento é presidida pelo senador Carlos Bezerra.

PÁGINA 3



Pedro Piva, relator, já se manifestou a favor do financiamento

### Empréstimo para combater pobreza vai a exame da CAE

Operação de US\$ 22,5 milhões com o Banco Mundial beneficia o estado do Piauí.

PÁGINA 4



Sebastião Rocha apresentou substitutivo ao projeto que regulamenta uso de silicone

### Clonagem e uso médico de silicone na pauta da CAS

Proibição de clonagem humana e de injeção de silicone líquido pode ser votada amanhã.

PÁGINA 5



Edison Lobão anunciou envio de proposta ao exame dos deputados

## Vai à Câmara projeto sobre remédio a granel

O Senado enviou à Câmara na sexta-feira projeto que obriga as farmácias a venderem medicamentos nas quantidades exatas prescritas pelas receitas médicas. A comunicação do envio foi feita pelo vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA).

A matéria, que regulamenta a venda a granel de cápsulas, pílulas, comprimidos, injeções e outros, foi aprovada em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Como não houve recurso para votação em Plenário, ela segue direto para a Câmara.

# Fogaça relata limite a imunidade parlamentar

Proposta aprovada pela Câmara dos Deputados pode ser votada já nesta quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O senador José Fogaça (PPS-RS) foi nomeado pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) que restringe o instituto da imunidade parlamentar. Caso o relatório de Fogaça seja entregue a tempo, a matéria deverá ser votada como extra-pauta na reunião desta quarta-feira da CCJ. O presidente do Senado, Ramez

Tebet, recebeu a PEC na última quinta-feira do presidente da Câmara, Aécio Neves.

A proposta restringe o instituto da imunidade parlamentar aos chamados crimes de opinião, alterando o artigo 53 da Constituição. A Casa do Congresso à qual



Autor do substitutivo aprovado no Senado, Fogaça deve manter texto que veio da Câmara

pertence o parlamentar que está sendo processado poderá suspender o processo caso haja o entendimento de que é motivado por razões políticas.

Tebet justificou a pressa no encaminhamento da proposta à CCJ. — Faço isso para que a matéria

possa ter mais agilidade em sua tramitação por essa Casa. Não posso garantir que conseguiremos aprová-la ainda este ano, pois as PECs têm um rito específico definido pela Constituição, mas, no que for da nossa vontade, iremos apressar — disse o presidente do Senado.

Tebet comentou a importância da medida para o fortalecimento das instituições, dizendo que o momento é histórico para o Legislativo, que assume uma posição de vanguarda.

— É um passo avançado para acabar com a impunidade e o exemplo está sendo dado de cima para baixo — acrescentou.

Fogaça informou que tentará apresentar o relatório já nesta semana. Autor do substitutivo aprovado no Senado há dois anos e encaminhado à Câmara, ele adiantou que não deve propor alterações ao texto daquela Casa.

## Saturnino defende a taxaço de importados derivados de petróleo

Ao manifestar seu apoio à proposta de emenda à Constituição que estabelece a cobrança de contribuições sociais sobre os produtos importados derivados de petróleo, constante da ordem do dia da sessão de sexta-feira, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) criticou a decisão do governo Fernando Henrique de autorizar a abertura do mercado brasileiro à importação desses produtos.

— Essa PEC merece o nosso apoio pois é uma medida preventiva no sentido de corrigir uma distorção que poderia haver caso os produtos derivados

de petróleo externos não fossem taxados, enquanto os brasileiros são — avaliou o senador.

Para Saturnino, no entanto, essa iniciativa não irá resolver as dificuldades que a importação de derivados de petróleo irá causar, como a elevação dos preços de produtos muito utilizados por todas as camadas da sociedade, como o gás de cozinha e o óleo diesel.

O preço do gás de cozinha, disse o senador, deverá sofrer uma elevação de cerca de 30%, e o aumento do óleo diesel, lembrou, irá provocar a subida dos preços das passagens de todos

os transportes públicos.

— Essa abertura é uma agressão e irá prejudicar a economia popular.

A PEC analisada pelo senador Roberto Saturnino constará da pauta da próxima sessão deliberativa para o segundo dia de discussão do segundo turno. Outra PEC da pauta, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, também entrará na pauta de hoje para o terceiro dia de discussão.

## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2001

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: emenda constitucional que institui contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis, define alíquotas e competência; primeira sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo a emenda constitucional que dispõe sobre a utilização da Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, os Pantanos Mato-Grossense e Sul Mato-Grossense e a Zona Costeira como patrimônio nacional, assegurando a preservação do meio ambiente; entre outros.

### PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira  
14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Hora do expediente: destinada a comemorar o Dia do Marinheiro.  
Pauta: projeto que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros; entre outros.

### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: mensagem que trata da contratação de operação de crédito no valor total equivalente a US\$ 22,5 milhões, em benefício do Piauí; entre outros.

11h30 — Comissão de Educação  
Pauta: projeto que dispõe sobre os estágios de estudantes; entre outros.  
Após a ordem do dia — Mensagens que submetem à apreciação do Senado os nomes de Gustavo Dahl, João Eustáquio da Silveira, Augusto Sevã e Lia Maria de Gomensoro Polachini Lopes para exercerem cargo de diretores da Agência Nacional de Cinema.

14h30 — Comissão de Revitalização do Rio São Francisco  
Pauta: apresentação do primeiro relatório parcial.

17h — Comissão Especial da Crise Energética  
Pauta: eleição do presidente.

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: projeto que dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul; entre outros.

17h30 — CPI das ONGs  
Pauta: discussão e votação de requerimentos.

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul  
Pauta: analisa projeto que propõe a convocação de plebiscito sobre o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca); entre outros.

18h — Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: audiência pública para discutir o projeto que cria o Serviço Social de Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass).

18h e 20h — Comissão de Fiscalização e Controle  
Pauta: audiências públicas destinadas a discutir a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) quanto à fiscalização dos medicamentos à venda no Brasil.

**A VOZ DO CIDADÃO**  
VOCÊ LICADO NO SENADO FEDERAL

0800 612211  
www.senado.gov.br  
e-mail: cidadao@senado.gov.br

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CMO busca recursos para melhorar salário mínimo

Grupo de trabalho criado na Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje com esse objetivo. Proposta do governo estabelece o valor de R\$ 190 para o próximo ano, enquanto a oposição defende R\$ 220

A Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), tem hoje reunião informal do grupo de trabalho criado para discutir a inclusão, no Orçamento da União para 2002, de aumento do salário mínimo superior à inflação deste ano.

A proposta do governo, até agora, eleva o mínimo de R\$ 180 para R\$ 190. A oposição quer, no entanto, que o salário mínimo passe para R\$ 220, e chegou a obstruir a votação dos relatórios setoriais ao verificar que, no relatório que trata da Previdência



Carlos Bezerra preside a Comissão Mista de Orçamento, que está analisando a proposta para 2002

Social, o aumento estava excluído do pagamento aos pensionistas. Com a criação do grupo de trabalho, a votação dos relatórios

setoriais seguiu normalmente.

De acordo com o deputado Ricardo Barros (PPB-PR), líder do governo na Comissão de Orçamento, não há fonte de arrecadação capaz de bancar um salário mínimo superior a R\$ 190.

— O governo não sacrificará projetos sociais beneficiados pelo orçamento para garantir um reajuste maior — afirmou.

Ele ressaltou ainda que não há tempo hábil para identificação de receitas continuadas que garantam o aumento pretendido pela oposição, mas reconheceu que, na

questão do salário mínimo, ainda poderá haver mudança, a ser definida na votação do relatório final na comissão ou no Plenário.

Porém, no entender do deputado João Cóser (PT-ES), a situação é bem diferente. Para ele, depois da pressão exercida pela oposição, é quase certo que o salário mínimo chegará, pelo menos, a R\$ 200. Cóser afirmou existir uma boa possibilidade de acordo em torno do valor de R\$ 210. Quanto às fontes de arrecadação, observou que a questão, na verdade, é de vontade política.

— Em um orçamento de 1 trilhão de reais, alocar recursos da ordem de R\$ 3 bilhões para o aumento do salário mínimo é questão de prioridade. As fontes são as mesmas: vêm

dos impostos, das contribuições — disse, acrescentando que o dinheiro destinado às emendas de banca chega a cerca de R\$ 7 bilhões.

Ele descarta, no entanto, a necessidade de os parlamentares abrirem mão dos destaques e emendas. O deputado lembrou que a previsão orçamentária apresentada pelo governo para 2001 subestimou a capacidade de arrecadação e disse acreditar que o mesmo se verifica em relação ao Orçamento 2002.

Até agora, entretanto, enquanto as negociações não avançam, o certo é que o relator do Orçamento 2002, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP), vai manter no relatório final a proposta do governo para o reajuste do salário mínimo, de 5,56%.

## Aprovados os últimos relatórios setoriais do Orçamento 2002

A Comissão Mista de Orçamento terminou na sexta-feira a votação dos relatórios setoriais do Orçamento 2002. Os últimos relatórios aprovados foram os da área de Saúde, Infra-Estrutura e Integração Nacional.

Na área de Saúde, os recursos chegam ao montante de R\$ 27,6 bilhões, apresentando um acréscimo de 6,1% com relação ao Orçamento de 2001. No entanto, os investimentos decaíram em 48%. A maior fonte de recursos para a Saúde será a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que responde por 30,3% do total destinado à área.

O relator, deputado Paulo Feijó (PSDB-RJ), confirmou o atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar como o setor de maior alocação de recursos, da ordem de R\$ 12,9 bilhões. Para o senador

Tião Viana (PT-AC), isso é ruim para a Saúde e atende ao lobby dos hospitais. “Investir em imunoprevenção é mais importante do que colocar recursos na assistência hospitalar”, observou.

Quanto à área de Infra-Estrutura, que abrange os ministérios de Minas e Energia, das Comunicações e dos Transportes, os recursos somam R\$ 29,4 bilhões. Os investimentos para 2002 cresceram 55,3%. Os números podem ser explicados pelo aumento de recursos destinados especialmente às estações do setor energético, com vistas a evitar o colapso da energia elétrica. O Ministério dos Transportes, no entanto, tem um decréscimo no montante de seus investimentos em 36%.

Com relação ao Ministério das

Comunicações, o relator do setor, deputado José Chaves (PMDB-PE), critica, no caso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), a pou-



ca transparência quanto à alocação de recursos (R\$ 341 milhões), já que o governo não define, em sua proposta, a regionalização das ações.

Foi aprovado também o relatório de Integração Nacional e Meio Ambiente, que deve receber recursos da ordem de R\$ 6,2 bilhões, o que representa 7,2% a menos do que o consignado no Orçamento 2001. Com a extinção da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em maio de 2001, os recursos que eram geridos pelo Ministério da Integração Nacional passaram para o Ministério de Orçamento, Planejamento e Gestão, responsável por alocar recursos para as recém-criadas agências de desenvolvimento do Norte (ADA) e do Nordeste (Adene).

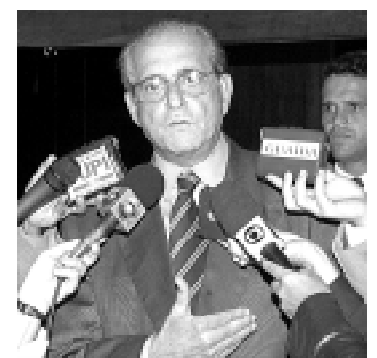
Por sua vez, o Ministério do Meio Ambiente terá menos 53,5% de investimentos.

## Emendas de parlamentares somam R\$ 3,23 bi

As emendas de parlamentares à proposta do governo para o Orçamento 2002 somam R\$ 3,23 bilhões. Elas foram aprovadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), que terminou, na sexta-feira, a votação dos relatórios setoriais.

O estado mais atendido pelas emendas foi Minas Gerais, com R\$ 238 milhões. Em segundo ficou a Bahia, com R\$ 201 milhões. São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco foram contemplados, cada um, com R\$ 160 milhões. De acordo com o líder do governo na CMO, deputado Ricardo Barros, até o dia 17 será apresentado o relatório geral do Orçamento 2002. A votação na comissão deve se dar no dia 19.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, e o presidente da Câmara, Aécio Neves, já decidiram prorrogar os trabalhos legislativos até o dia 21, período que será dedicado à votação do Orçamento da União.



Ramez Tebet já definiu com Aécio Neves a prorrogação dos trabalhos legislativos

## Plenário examina propostas de emenda à Constituição

O Senado delibera, esta semana, sobre cinco propostas de emenda à Constituição (PECs). A primeira será votada em segundo turno amanhã e permite a incidência de contribuições sociais e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), ainda a ser criada, sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, petróleo e derivados.

A PEC também isenta as receitas decorrentes de exportação da incidência dessas contribuições. Autor da proposta, o governo deseja que a Cide substitua a Parcela de Preços Específica (PPE), adicional cobrado no preço dos deri-

vados do petróleo, a ser extinta em janeiro do ano que vem. A PPE reforça os cofres do Tesouro com aproximadamente R\$ 6 bilhões por ano, segundo cálculos feitos no Senado.

Também em segundo turno, quarta-feira o Senado vota proposta de emenda à Constituição do presidente da Casa, senador Ramez Tebet, que inclui o Pantanal sul-mato-grossense no que a Constituição define como patrimônio nacional, em razão da riqueza e diversidade de paisagens presentes naquele ecossistema.

O Pantanal mato-grossense já está definido na Constituição como

patrimônio nacional, assim como a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar e a Zona Costeira, estando seu uso condicionado à preservação do meio ambiente. Em defesa da emenda, Tebet argumenta que 66,5% da área do Pantanal encontram-se em Mato Grosso do Sul e apenas 33,5% no estado de Mato Grosso.

Ainda quarta-feira, o Plenário decide se arquivar proposta de emenda à Constituição que faculta aos dentistas a acumulação de dois cargos nos quadros da administração pública. Isso porque a proposta estará prejudicada se for aprovada, na mesma sessão e em segun-

do turno, iniciativa da deputada Jandira Feghali que autoriza qualquer profissional de saúde a acumular dois cargos.

Em primeiro turno, na quarta-feira, o Senado vota proposta que institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta estabelece que o fundo será constituído por 0,5% da arrecadação de todos os impostos da União, depois de deduzidas as vinculações e participações constitucionais. A receita estimada é de R\$ 210 milhões por ano.

# Comissão vota plebiscito sobre Brasil na Alca

A Comissão Conjunta do Mercosul decide amanhã se aprova proposta de Roberto Saturnino que pede a convocação de consulta popular para decidir sobre o ingresso do país no bloco econômico liderado pelos EUA

A convocação de um plebiscito nacional para decidir sobre o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) será debatida amanhã, a partir das 17h30, pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. A proposta do plebiscito é do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que defende a suspensão, pelo prazo de 20 anos, da entrada do Brasil nesse bloco econômico.

Ao justificar a proposta, Saturnino argumenta que, apesar da pressão "quase insuportável" para o país aderir à Alca, a economia brasileira precisaria pas-

sar por um processo de fortalecimento interno e de integração com os demais parceiros comerciais sul-americanos antes de agregar-se ao bloco liderado pelos Estados Unidos.

A comissão deve votar parecer da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), que apresentou emenda reduzindo o prazo de suspensão das negociações, previsto nesse projeto, de 20 para 15 anos. Durante a discussão da matéria, muitos parlamentares defenderam que a prerrogativa de interromper os entendimentos em torno do ingresso do Brasil na

Alca permaneça na alçada do Congresso Nacional e não seja delegada à decisão do plebiscito.

Também deverá ser debatida proposta de emenda constitucional (PEC), de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da comissão, que amplia a participação do Congresso na discussão de acordos internacionais. A proposta condiciona a um relatório autorizativo do Legislativo a assinatura de atos, acordos, convênios e tratados internacionais.

O senador entende que, para enfrentar o desafio de uma nova

ordem econômica globalizada, é fundamental que o Congresso passe a ter uma maior participação na política internacional, citando como exemplo ações semelhantes desenvolvidas nos Estados Unidos e na China.

Ele acrescentou que será preciso montar no Congresso uma estrutura ágil para estudar as propostas de ingresso do Brasil no bloco econômico da União Européia e possivelmente na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), além de buscar acelerar as negociações destinadas ao fortalecimento do Mercosul.



Requião preside a comissão que analisa a participação do Brasil em blocos econômicos internacionais

## País precisa se defender de pressões, alerta Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse sexta-feira que o Congresso Nacional deve estar atento para os desdobramentos da aprovação, pela Câmara de Deputados norte-americana, do projeto que dá autoridade ao presidente americano para negociar acordos comerciais com países e blocos econômicos, o chamado *fast track*. O governo americano deverá tentar agora, na avaliação de Suplicy, realizar negociações com outros governos, inclusive o do Brasil, para acelerar a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o que ele considera "um grande risco" para os interesses nacionais.

Suplicy afirmou que, em vez de aderir à Alca, o que implicaria



Suplicy disse que integração econômica brasileira deve priorizar a América Latina

abrir o país para a competição com grandes corporações industriais e financeiras dos Estados Unidos,

Canadá e México, para a qual não está preparado, o Brasil deveria priorizar a integração com os países latino-americanos. O senador defendeu a reiteração da posição do Congresso brasileiro de que a integração deve se dar, em primeiro lugar, com aqueles países com os quais o Brasil tenha maior afinidade, inclusive do ponto de vista econômico.

Em seu discurso, ele também defendeu o diálogo com o governo antes da decisão final sobre as mudanças na tabela do Imposto de Renda, em exame no Congresso, ressaltando que a oposição tem contribuições a dar. O Senado, disse Suplicy, precisa participar concretamente da discussão da matéria.

## Relações Exteriores discute fortalecimento do Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota amanhã à tarde projeto que estabelece o Programa Grande Fronteira do Mercosul, que tem parecer favorável do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Outra matéria a ser votada é a que altera o Estatuto dos Militares, que já conta com parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP). A CRE ainda votará nove acordos e tratados internacio-



Piva: relatório sobre auditoria em embaixadas

nais assinados com o Paraguai, Bolívia, Chile, Eslovênia, Panamá, Costa Rica e Venezuela.

Na mesma reunião, a comissão decide se arquivará resultado de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas embaixadas do Brasil em Helsinki, Kiev, Ancara e Atenas. O relator da matéria, senador Pedro Piva (PSDB-SP), quer seu arquivamento, não sem antes solicitar justificativas sobre a coordenação dos trabalhos desenvolvidos.

## Camata quer dar autonomia para FHC fechar acordos

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu que o Congresso Nacional dê ao presidente Fernando Henrique Cardoso autonomia similar à concedida ao presidente norte-americano na última quinta-feira (6), quando a Câmara de Deputados dos Estados Unidos aprovou projeto que concede autoridade a George W. Bush para negociar acordos comerciais com países e blocos. Esses acordos não poderão ser modificados pelo Congresso, que terá a prerrogativa apenas de aprová-los ou rejeitá-los. É o chamado *fast track* (via expressa).

Em discurso sexta-feira, o senador sustentou que Fernando Henrique Cardoso deve receber delegação semelhante por parte do Legislativo brasileiro para que as negociações cresçam e os produ-



Camata defende a aprovação de instrumento semelhante ao *fast track* norte-americano

tos nacionais passem a ganhar maior competitividade junto a países e blocos econômicos. "Essa autonomia vai permitir que o país negocie em pé de igualdade, nas mesmas bases dos Estados Unidos, principalmente com relação à

Área de Livre Comércio das Américas (Alca)", observou.

Camata cobrou do governo federal uma política de exportação mais ousada, como forma de o país melhorar a balança comercial. Para o senador, o Brasil deve combater com rigor o protecionismo e as barreiras tarifárias, praticados principalmente pelos Estados Unidos.

Para o senador, o país vem praticando uma equivocada política de comércio exterior há vários anos, chegando a perdoar dívidas de países africanos. Presentemente, notou, o Brasil não chega a impor-se nem no Mercosul, deixando para a Argentina a posição de liderança. Isso, a seu ver, deixa o país em segundo plano, mesmo sendo o maior mercado latino-americano.

## Piauí poderá receber empréstimo para área social

A Comissão de Assuntos Econômicos vota amanhã, às 11h, pedido de operação de crédito em benefício do Piauí, no valor de US\$ 22,5 milhões, financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os

recursos serão destinados ao Projeto de Combate à Pobreza Rural.

O relator da proposta, senador Pedro Piva (PSDB-SP), que já se declarou favorável ao financiamento, lembrou que o projeto do governo piauiense visa à melhoria das condições econômicas e sociais das comunidades rurais mais pobres do estado, por meio da im-



Osmar Dias é autor de projeto que restringe mudanças na LDO

plantação de projetos de infra-estrutura e de serviços públicos.

A CAE também deve votar emenda da senadora Heloísa Helena (PT-AL) a projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que dificulta mudanças na lei de diretrizes orçamentárias

(LDO), aprovada anualmente pelo Congresso. A emenda diminui as restrições impostas pelo projeto original, mas proíbe que qualquer mudança na LDO seja feita por meio de medida provisória. Favorável ao projeto, o relator, senador José Fogaça (PPS-RS), é contrário à emenda apresentada pela senadora Heloísa Helena.

## Emilia alerta sobre avanço da Aids entre as donas de casa

O avanço da Aids sobre as donas de casa e os usuários de drogas injetáveis no Brasil foi registrado em Plenário, na sexta-feira, pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS). Embora o ritmo de crescimento anual da infecção pelo vírus HIV se tenha mantido estável nos últimos cinco anos, os índices de contágio



Emilia Fernandes cobra das autoridades campanhas educativas específicas

nesses dois segmentos têm se mostrado significativos, o que levou Emilia a cobrar das autoridades campanhas educativas específicas e a ampliação dos serviços de tratamento para dependentes químicos.

Apostadas como as mais novas vítimas da Aids, as donas de casa infectadas exibem o seguinte perfil, segundo a senadora: guardam fidelidade conjugal, não trabalham nem estudam, dependem social e financeiramente do marido. "As donas de casa brasileiras se julgam imunes ao vírus da Aids por serem heterossexuais, não serem usuárias de drogas e por se sentirem protegidas no recinto da família", explica Emilia.

Sem "ousar" cobrar dos companheiros o uso de preservativos, as mulheres casadas alcançaram o pri-

meiro lugar na relação de mortos pela Aids, representando o percentual de 41,5%.

Ao tratar das ações e medidas capazes de barrar a epidemia, Emilia comentou a respeito de projeto de lei, já aprovado no Senado, que autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador ou qualquer dependente tiver sido infectado pelo vírus HIV. "O FGTS é direito dos trabalhadores e, no caso de doente de Aids, pode ser determinante para sua sobrevivência o usufruto desse direito", afirmou.

Como o projeto está aguardando votação na Câmara, a senadora petista apelou para a "atenção e sensibilidade" dos deputados no sentido de abraçar a causa. Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) apoiou a iniciativa de Emilia de cobrar dos deputados a votação da matéria. Afirmou também que não podem faltar investimentos públicos destinados ao controle e ao combate da doença, bem como à melhoria da qualidade de vida dos doentes.

## Ademir elogia investimento social de empresas privadas

Com base em estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o senador Ademir Andrade (PSB-PA) elogiou os investimentos sociais que estão sendo realizados por empresas privadas. O estudo "Ação Social das Empresas" verificou a participação dos empresários da Região



Ademir: ações assistenciais não resolvem problemas, mas amenizam seus efeitos

Norte em atividades de ação social destinadas a empregados, seus familiares e à comunidade em geral.

Cerca de 24 mil empresas privadas foram pesquisadas na Região Norte, informou o senador, das quais 73% realizaram alguma atividade social para a comunidade, para seus empregados e familiares. O estudo revelou que o setor do comércio é o que mais pratica ações soci-

ais para a comunidade e o setor de construção civil se destaca pelas ações dirigidas a seus funcionários. Mostrou também que, quanto maior a empresa, maior a sua participação em ações sociais.

— Temos clareza de que ações assistenciais não resolverão os graves problemas sociais

da região, mas contribuem para amenizar os seus efeitos — disse o senador.

Ademir ressaltou que os governos federal e estaduais não têm cumprido bem o papel social que lhes compete. Citou especialmente o caso do seu estado, o Pará, lamentando que os investimentos necessários para enfrentar as questões sociais sejam "diminutos e insuficientes".

# Comissão debate projeto que cria Serviço Social de Saúde

Audiência pública contará com representantes de diversas entidades. Proposta institui também o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se amanhã, às 18h, em audiência pública com representantes de entidades que prestam serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação. O objetivo da reunião é obter informações para o aperfeiçoamento do projeto de lei que cria o Serviço Social de Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass). A audiência foi requerida pelos senadores Geraldo Althoff (PFL-SC), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Heloísa Helena (PT-AL). A comissão é presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Estarão presentes represen-



Geraldo Althoff é um dos autores do requerimento para a realização da audiência pública

tes da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; das confederações nacionais de saúde, hospitais, estabelecimentos e serviços; dos trabalhadores na saúde e do comércio.

Participarão ainda represen-

tes da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas e dos conselhos nacionais do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

## Proibição de clonagem humana e uso médico do silicone estão na pauta da CAS

Em reunião marcada para quarta-feira, a partir das 9h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) a projeto de lei da Câmara que regulamenta o uso médico de próteses de silicone. De acordo com o substitutivo, fica proibida a injeção de silicone líquido, exceto em casos comprovadamente terapêuticos. A prática passa a ser considerada lesão corporal, ficando o infrator sujeito a uma pena de até 12 anos de detenção.

A CAS analisa ainda substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta as técnicas de reprodução humana assistida. O texto proíbe a clonagem de seres humanos e a prática da chamada "barriga de



Rocha apresentou substitutivo a projeto da Câmara sobre o uso médico de próteses de silicone

aluguel". Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e o próprio Lúcio Alcântara apresentaram emendas, estabelecendo que somente os casais em união estável poderão ser beneficiários das técnicas de reprodução assistida e

tornando mais rigorosas as penas para quem infringir a legislação.

A CAS também vota, em decisão terminativa, projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que regulamenta a profissão de treinador de goleiro de futebol. Outro projeto a ser votado, do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), regulamenta as profissões de motoboy e mototaxista.

Ainda constam da pauta substitutivo do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) a projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) concedendo desconto de 30% nas passagens aéreas, rodoviárias, fluviais e marítimas para os maiores de 60 anos, e projeto do ex-senador Blairo Maggi sobre a produção, transporte, comercialização e fiscalização de agrotóxicos.

## Diretores da Anvisa analisam fiscalização de medicamentos

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realizará duas reuniões amanhã. A primeira, às 18h, destina-se a ouvir em audiência pública o diretor de medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Luiz Felipe Moreira Lima. Às 20h acontecerá a segunda reunião, na qual será ouvido o diretor-presidente da Anvisa, Gonzalo Vecina Neto. Os dois dirigentes comparecerão ao Senado a requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL), a fim de esclarecer a atuação da agência quanto à fiscalização de medicamentos vendidos no Brasil.



Heloísa Helena pediu as audiências públicas sobre o controle dos remédios no país

# Carlos Wilson defende prioridade à educação

Senador atribui à política do governo federal responsabilidade por resultados insatisfatórios no Exame Nacional do Ensino Médio

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) comentou os resultados insatisfatórios do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), observando que não se poderia esperar um desfecho diferente, já que há professores mal remunerados, escolas obsoletas e desequipadas e tantas outras adversidades enfrentadas pelos alunos de nível médio no país. Carlos Wilson responsabilizou o governo pelo fato, afirmando que não há prioridade de ações para a área da educação.

O resultado global do Enem foi uma nota média de 40,6, numa escala de 0 a 100. No ano passado, informou o senador, a nota média foi de 51,85. Outro resultado comentado por Carlos Wilson diz respeito a pesquisa da Organização pela Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que envolveu 265 estudantes de 28 países membros da entidade, além de países como Brasil, Letônia, Liechtenstein e Rússia, realizada no ano passado. A pesquisa, que avaliou a compreensão dos estu-



Carlos Wilson: "É preciso determinação e vontade, menos vaidade e mais resultados"

dantes e sua habilidade em aplicar conhecimentos em leitura, Matemática e Ciências, classificou o Brasil em último lugar.

— A maioria dos jovens de 15 anos está cursando séries mais básicas que seus pares em países mais evoluídos. Quanto à realidade dos estudantes no Brasil, os índices do próprio Ministério da Educação falam por si: o índice de repetência no ensino fundamental está em 41,7% e no ensino médio em 51,0% — afirmou.

Esses resultados confrontam-se com a propaganda oficial de realizações na área de educação, disse Carlos Wilson.

— O ministro Paulo Renato Souza, aquele mesmo que endureceu o quanto pôde com os professores universitários em greve e que parecia não se incomodar com a extensão do movimento, que na prática superou os cem dias, atribuiu o desempenho dos estudantes brasileiros ao alto índice de repetência e evasão escolar registrado no país. Quer dizer: aquela conversa toda de resultados na área de educação é mais uma ação virtual do governo Fernando Henrique.

Para solucionar o problema educacional, disse Carlos Wilson, será necessário mais do que *marketing* e publicidade. "É preciso determinação e vontade, menos vaidade e mais resultados; exige a construção de um novo Brasil, o que infelizmente ficará para os próximos governos", concluiu.

## Comissão do Rio São Francisco analisa relatório parcial

A comissão especial criada com o objetivo de acompanhar e avaliar o projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e a instalação do respectivo comitê de bacia reúne-se amanhã, às 14h30, para que o relator, Waldeck Ornélas (PFL-BA), possa apresentar o primeiro relatório parcial sobre os trabalhos. A comissão é presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Na última reunião da comissão, foram ouvidos o secretário de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Paulino Cícero de Vasconcelos, e o diretor do Centro de Recursos Ambientais da Bahia (CRA), Fausto Azevedo.

Paulino Cícero informou que o governo mineiro já realiza um estudo de hidrogeologia do trecho mineiro da bacia e também vem promovendo um levantamento



Waldeck Ornélas apresenta amanhã primeiro relatório parcial

geofísico de 88 mil km<sup>2</sup> do estado. Já Fausto Azevedo divulgou alguns dos programas do governo baiano que, em parceria com organizações não-governamentais, promovem campanhas de educação ambiental e monitoramento da qualidade da água.

## Vereadores prestam homenagem a Tuma

A União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp) homenageia o senador Romeu Tuma (PFL-SP) durante o encerramento do simpósio Alternativas de Desenvolvimento, que acontece hoje, às 18h30, no Hotel Crowne Plaza, na capital paulista.



Tuma: reconhecimento por apoio ao Estatuto da Cidade

Tuma receberá o diploma Ação Municipalista, em sessão solene presidida pelo deputado Walter Feldman, presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo.

O motivo da homenagem é o apoio do senador, como presidente da Comissão de

Assuntos Sociais (CAS), à aprovação do chamado Estatuto da Cidade, que regula a ocupação do solo urbano. O presidente da Uvesp, Sebastião Misiara, disse que a aprovação do Estatuto foi considerado o fato principal do ano para o crescimento ordenado dos municípios, pois dele decorre, entre outras coisas, a produção obrigatória de planos diretores das cidades.

## Carlos Bezerra aplaude arquitetas de Mato Grosso

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) aplaudiu as arquitetas Tuca Dias e Cátia Matsubara que, representando o estado de Mato Grosso, conquistaram o 1º lugar no concurso promovido pela revista *Espaço D*, de São Paulo, que premia os melhores projetos de arquitetura, decoração e paisagismo. Elas concorreram com o trabalho *Ambiente Spa*, que criaram para a Casa Cor de Mato

Grosso 2001.

Segundo Carlos Bezerra, o concurso atraiu 803 projetos arquitetônicos, provenientes de 22 estados brasileiros e do Peru. O julgamento dos trabalhos foi realizado por profissionais de alto conceito vindos dos Estados Unidos, França e Uruguai. O senador destacou a alta qualidade do trabalho dos cidadãos de Mato Grosso nos mais variados campos.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 — *Cidadania* — O senador Arlindo Porto e o juiz federal Renato Prates falam sobre a ampliação da Justiça  
7h30 — *Entrevista* — O senador Mauro Miranda fala sobre o Estatuto da Cidade  
8h — *Canal do Município* — Programa dedicado aos municípios brasileiros nº 02  
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoolismo — doença na família — Parte 1  
9h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Votação dos destaques à reforma do Judiciário (gravado)  
11h30 — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
12h — *Arquivo Aberto* — Energia  
12h30 — *Entrevista* — O senador Geraldo Althoff fala sobre os resultados da CPI do Futebol  
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade  
13h30 — *Cidadania* — O senador Lúcio Alcântara e a advogada Márcia Ribas falam sobre estabilidade para portadores de HIV  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — *Canal do Município* — Programa dedicado aos municípios brasileiros nº 02  
19h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
19h30 — *Cidadania* — O senador Sebastião Rocha e o deputado Pedro Delgado falam sobre a Conferência Nacional

#### da Saúde Mental

20h30 — *Entrevista* — O senador Lúcio Coelho fala sobre reformas estruturais  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

7h — Música, informação e serviço  
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música, informação e serviço  
9h30 — *Festa de Arambá* — Nos tempos da Jovem Guarda destaca os Golden Boys (*Estúpido Cupido e Pensando Nela*)  
Em seguida — Música e informação  
13h30 — *Festa de Arambá* — Nos tempos da Jovem Guarda (reprise)  
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h30 — *A Voz do Brasil*  
20h — Música, informação e serviço  
20h30 — *Festa de Arambá* — Nos tempos da Jovem Guarda (reprise)  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
23h — *Vozes do Século XX*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirectTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Cândido quer Conselho de Comunicação funcionando

Na opinião do senador, se já estivesse instalado, o órgão poderia ter função de destaque como auxiliar do Congresso Nacional no momento em que se discute a abertura das empresas brasileiras de mídia ao capital estrangeiro

## Exigência de bloqueador em televisores é destaque na semana

Entre as mais importantes decisões tomadas na semana passada pelo Senado, destacou-se a que obriga os fabricantes de televisores a colocar no aparelho um *chip* (dispositivo eletrônico) que permita o bloqueio temporário da recepção de programas considerados inadequados pelo telespectador.

Esse bloqueio de sinal será conseguido mediante a utilização de código alfanumérico previamente programado pelo usuário do aparelho de TV ou pela adoção de sinal, transmitido juntamente com os programas que contenham cenas de sexo ou violência, que será detectado pelo *chip*. Na mesma votação, o Senado atribuiu ao Executivo a tarefa de classificar toda a programação veiculada pelas emissoras abertas ou por assinatura.

Ainda nessa sessão e em segundo turno, foi aprovada pro-



Plenário aprovou na semana passada proposta que destina mais recursos às regiões pobres

posta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) aumentando de 3% para 4% a parcela da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados aplicada no financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na mesma semana, o Plenário decidiu que o motorista profissional está obrigado a se submeter a exames psicológicos a cada cinco anos. Caso tenha mais de 65 anos de idade, essa periodicidade cai para três anos.



Segundo Romero Jucá, com a Gdata os servidores terão um reajuste entre 6% e 35%

## Jucá pede que Senado vote este ano gratificação para servidor

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez um apelo na sexta-feira para que o Senado vote, ainda este ano, o projeto que institui a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (Gdata). Ele aplaudiu a iniciativa dos deputados, que aprovaram a matéria na quinta-feira, e observou que, com a Gdata, os servidores terão um reajuste entre 6% e 35%, dependendo da pontuação e do salário de cada um.

A gratificação será dada a todos os servidores de carreira que não tenham avaliação própria. Os professores e servidores da Previdência Social, por exemplo, já têm um sistema de avaliação própria, disse Romero Jucá, que pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de matéria sobre o assunto publicada na edição de sexta-feira do jornal *O Globo*, intitulada "Servidores terão nova gratificação".

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) fez um apelo à Mesa do Senado e à liderança do governo pela imediata instalação do Conselho de Comunicação Social, criado em 1991. Ele afirmou que, em casos como o exame da proposta de emenda à Constituição (PEC) que abre as empresas brasileiras de mídia ao capital estrangeiro, o conselho poderia ter função de destaque como órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Para Cândido, essa PEC, em tramitação na Câmara dos Deputados, procura resolver o problema imediato de liquidez das empresas à custa de sérios riscos à soberania nacional, ao interesse popular e à própria racionalidade das comunicações. "É preciso avaliar o impacto da proposta sobre o conteúdo da informação", alertou.

Ele aplaudiu a atuação do Fórum Nacional pela Democratização da



Cândido critica o que considera "vale-tudo" na programação das TVs abertas

Comunicação, que realizou uma plenária em Brasília no início deste mês, afirmando que a criação do conselho e da lei de radiodifusão deveriam-se à ação militante desse organismo. Segundo Cândido, foi a lei sobre radiodifusão comunitária que possibilitou a inserção das TVs legislativas na programação das televisões a cabo. Ele destacou a responsabilidade social da TV Senado,

com seus debates sobre grandes temas nacionais e internacionais, além de programações culturais de bom nível. "Infelizmente, seu sinal está disponível apenas para o público pagante das televisões a cabo e antenas parabólicas", comentou.

Cândido criticou a programação das TVs abertas, que, em sua opinião, têm como único parâmetro a concorrência, o vale-tudo, sem considerar valores culturais e regionais, afirmando que, também nesse caso, o conselho poderia atuar.

Na presidência da sessão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou ter sido o Senado um "madrugador" no que diz respeito à criação do conselho, cuja regulamentação foi aprovada na Casa, anos atrás, e enviada à Câmara. Também esclareceu que o sinal da TV Senado está disponível por satélite, possibilitando o acesso à sua programação. Para esse acesso, no momento, é necessário dispor de uma antena parabólica analógica.

## Mozarildo defende exploração racional da Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) elogiou em Plenário, na sexta-feira, matéria publicada pela revista *Veja*, intitulada "Os xiitas da ecologia estão errados: a Amazônia pode e deve ser explorada". Mozarildo afirmou que concorda integralmente com tal opinião, acrescentando que "um país pobre não pode deixar a riqueza guardada para sempre". Ele lembrou, porém, que é preciso estabelecer um critério racional como parâmetro de exploração econômica da Amazônia.

— Trata-se de um modelo que proporcione a extração contínua de riquezas, sem que se incorra na depredação desse mastodôntico ecossistema — disse.

Mozarildo enumerou as potenciais fontes geradoras de riqueza das florestas da região, como os minérios e as matérias-primas para medicamentos e cosméticos. De acordo com o senador, futu-

ramente, apenas a produção de medicamentos e cosméticos poderá representar cerca de US\$ 500 bilhões. As reservas de petróleo seriam avaliadas em 160 milhões de barris, equivalentes a seis vezes a atual produção mundial. Mozarildo ressaltou a importância das jazidas de minério,

que podem representar cerca de US\$ 7,2 trilhões. E referiu-se também às possibilidades de exploração do turismo na Amazônia.

O senador apontou ainda para a extração de madeira. Segundo Mozarildo, com o uso de apenas 6% do território amazônico, atende-se plenamente à atual demanda mundial por madeira, faturando-se US\$ 6 bilhões por ano. Por



Mozarildo Cavalcanti elogiou matéria da revista *Veja* sobre a Amazônia

outro lado, o parlamentar por Roraima criticou a ação de madeiras estrangeiras e elogiou o projeto de reflorestamento desenvolvido pela Companhia Vale do Rio Doce em Carajás, no Pará. Mozarildo defendeu a "coleta inteligente" e o desenvolvimento sustentável, e afirmou que a vegetação amazônica tem grande capacidade de recuperação.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) apoiou o discurso de Mozarildo. Por sua vez, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) defendeu o desenvolvimento sustentável da Amazônia e lamentou a devastação vista especialmente no estado do Pará.

## CPI das ONGs examina requerimentos

A comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias contra organizações não-governamentais (ONG) reúne-se amanhã, às 17h30, para votar requerimentos.

Entre outras denúncias, a CPI investiga a extração ilegal de mais de 7 mil toneladas do minério tantalita pela organização Cooperindio, em terras indígenas. Os senadores já ouviram o delegado Nivaldo Farias de

Almeida, chefe da Superintendência Regional da Polícia Federal (PF) no Amazonas, responsável pela apreensão do material.

Também está sendo investigada a Associação Amazônia (AA), que atua no sul de Roraima. Há denúncias de que a ONG ocupa ilegalmente uma área de 172 mil hectares e vem sendo mantida com doações estrangeiras, sem o recolhimento de impostos devidos.

## Hartung rejeita idéia de parcelar a restituição

Autor do projeto de lei que corrige as tabelas do Imposto de Renda das pessoas físicas, o senador Paulo Hartung (PSB-ES) criticou a proposta do governo de parcelar o pagamento da restituição. Para Hartung, a proposta é ilegal e esconde a intenção do governo de adiar a correção da tabela.

— Essa proposta é ilegal porque representa um confisco, um compulsório disfarçado. Meu temor é de que o governo esteja usando o parcelamento da restituição como mais uma de suas manobras prote-



Paulo Hartung disse concordar com reajuste da tabela do IR em 20%

latórias. O dinheiro da restituição não é do governo, mas do cidadão, não pode servir de carta na manga para um processo de negociação — disse.

Paulo Hartung reafirmou seu apoio a um reajuste das tabelas de deduções e contribuições em torno de 20% — como está em discussão na Câmara —, embora não considere esse índice o ideal. A proposta aprovada pelo Senado estabeleceu uma correção de 28%. O governo, no entanto, deverá apresentar na próxima semana uma tabela com reajuste de 17,5%.

## Artur da Távola destaca as propostas da CPI do Futebol

A atuação da CPI do Futebol e os rumos do esporte no país foram analisados pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), na sexta-feira. Ele saudou a atuação da CPI e destacou as sugestões de mudança da legislação esportiva do relatório do senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Ele ressaltou a integridade e a coragem pessoal de Althoff e do presidente da comissão, senador Álvaro Dias (PDT-PR).

Para Távola, o principal serviço prestado pela CPI é a proposta de criação de uma agência reguladora do desporto, que, entre outras funções, deverá formular políticas e disciplinar as atividades desportivas. Ele citou ainda a proposta de uma Lei de Responsabilidade do Futebol Brasileiro e a de criação de uma subcomissão nacional para combater a violência nos esportes.

De acordo com o senador, a grande contribuição da CPI do Futebol, não enfocada pela imprensa, é mesmo a criação da agência reguladora, que ele considera vital por ade-



Távola elogiou projeto de criação de agência reguladora do desporto

quar o país às mudanças de paradigma que ocorreram no mundo desportivo ao longo do século XX.

— Segundo o estudioso Manuel Tubino, sobrepuseram-se três paradigmas no esporte. O do ideal olímpico, o da identificação do esporte com as ideologias em conflito e o paradigmas mercadológico — explicou, identificando, no caso brasileiro, a indefinição da legislação, que estaria entre a tutela do Estado, fortalecida nos anos da ditadura militar, e a realidade do mercado, com a rede mundial de produtos e serviços ligados à prática desportiva.

O senador disse também que as propostas do relatório aprovado por unanimidade na CPI do Futebol resgatam inúmeras sugestões que integravam a Lei Zico, da qual foi relator, e que nunca chegou a ser implementada.

Presidindo a sessão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) associou-se às palavras de Távola, que qualificou de magistras.

## Saturnino critica escolha de Eleazar para o BNDES

Senador disse que o indicado formou-se no exterior e tem mentalidade ligada a interesses outros que não os do país

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) lamentou que a escolha do novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tenha recaído sobre uma pessoa cuja formação acadêmica e profissional ocorreu no exterior. Ele explicou que seu questionamento não se referia à conduta moral de Eleazar de Carvalho Filho, mas a suas posturas ideológicas.

— Estou manifestando minha insatisfação e o meu sentimento de inconformidade com a nomeação de um técnico que, mesmo sendo brasileiro, formou-se no exterior e exerceu várias funções de direção em bancos estrangeiros. Minhas dúvidas devem-se ao fato de que a mentalidade desse profissional está ligada a interesses outros que não os do Brasil — disse.

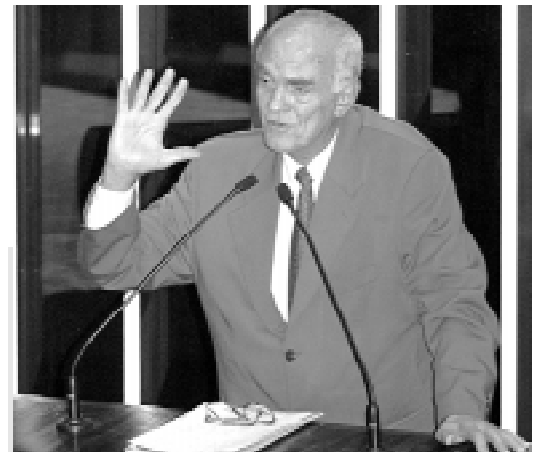
Para Saturnino, a escolha de Eleazar é ainda mais grave quando se considera o órgão que irá dirigir, o BNDES.

— Eu lastimo essa nomeação e logo

para esse banco, para o qual trabalhei e ao qual me sinto vinculado, que foi a principal alavanca para o processo econômico do país nas décadas de 50, 60 e 70, com uma filosofia voltada também para o desenvolvimento social. O BNDES, em suas origens, não poderia financiar empresas estrangeiras e hoje, apesar de estar com sua postura desvirtuada, continua tendo uma importância diferenciada para a nossa soberania e autonomia — afirmou.

O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), discordou de Saturnino, lembrando que protestos similares foram feitos na época em que Armínio Fraga foi escolhido para dirigir o Banco Central.

— Hoje, até a oposição reconhece a competência e o grande tra-



Saturnino explicou que seu questionamento não se referia a conduta moral, mas ideológica

balho que tem sido feito por Fraga à frente do BC. Não há nenhum dado que possa colocar em dúvida a posição de um profissional pelo simples fato de ele ter estudado lá fora — observou o líder.

Saturnino, no entanto, afirmou que mantinha sua posição e que considerava difícil que Eleazar seja desvinculado das idéias das empresas estrangeiras para as quais trabalhou.

## Para Lauro, governo prefere culpar mercado por problemas do Brasil

O senador Lauro Campos (PDT-DF) analisou em Plenário, na sexta-feira, a condução da política econômica nos quase oito anos do governo Fernando Henrique e a repercussão das medidas adotadas sobre o setor produtivo nacional. Lauro criticou a posição inflexível dos tecnocratas frente à crise socioeconômica interna, procurando sempre atribuir ao mercado a responsabilidade pelo aumento da inflação, pela corrosão dos salários, pelo crescimento do desemprego e pela falência do setor industrial.

Segundo o senador, o governo costuma recorrer a um princípio “malandro” da doutrina neoliberal



Lauro: governo recorre a princípio “malandro” para justificar medidas letais

para justificar “as medidas letais” impostas à sociedade brasileira. Como o neoliberalismo prega que o governo saia de cena e abra espaço para o mercado regular o cenário econômico, o governo Fernando Henrique procura jogar sobre o mercado a culpa por vários problemas do país.

— Os tecnocratas se apoderaram do poder e, com suas cabeças eficientes, não têm humildade para reconhecer que, diante da crise, a realidade muda — declarou. Alheios ao sofrimento vivido por grande parcela da população, costumam recorrer a palavras “pó-de-arroz”, como

downsizing e reengenharia, para justificar a política de redução de custos e maximização dos lucros que tem engrossado as fileiras de desempregados no país.

Segundo Lauro Campos, “esses nomes são bonitos, mas a realidade bruta é a daqueles que enfrentam, em média, 50 semanas entre a saída de um emprego e a entrada em outro”. Ele disse que, embora o governo também recorra ao argumento da falta de qualificação para justificar o quadro de desemprego alto, os profissionais com nível universitário não conseguem lugar no mercado de trabalho. O senador até admite que a “crise fantástica” registrada ao longo da atual administração tenha “forçado” uma relativa redistribuição de renda, mas lembrou que muitos continuam sendo massacrados pela “perversidade” de um governo que se diz moderno.